

**TERRITORIALIDADE E REDES DE SOCIABILIDADES JUVENIS:
LUGARES, TRANSITOS E TENSÕES DA IDENTIDADE**

Antônio Vital Menezes de Souza
Universidade Federal de Sergipe – UFS
Departamento de Educação de Itabaiana
a.vmsouza@yahoo.com.br

Vinicius Silva Santos
Universidade Federal de Sergipe
Programa de Pós-graduação em Educação
vinnymil@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A idéia de juventude nem sempre foi respaldada pelos pesquisadores como sendo um constructo de expressão sociocultural. Os primeiros escritos sobre o tema surgem através de pesquisas sociológicas voltadas para o tratamento sistemático, baseado numa metodologia quantitativa da pesquisa social, a respeito dos “estudos das novas gerações”. A efervescência do debate culminou nos anos 60, principalmente quando os sociólogos foram desafiados a explicar as alterações estéticas, culturais, políticas e éticas que imprimiam nas antigas gerações uma sensação de desconforto, quase sempre seguida por juízo moral sobre as condutas das novas gerações. Desde então, quando se trata de explorar o campo teórico relacionado à juventude, é comum se esbarrar com a problemática das sucessivas crises de valores entre gerações distintas. Por exemplo, durante a segunda metade da década de 70, a juventude torna-se “categoria econômica”, devido ao aparecimento demográfico de grupos humanos produtores que provocaram a eclosão do desemprego. Portanto, a juventude era um “problema-protagonista” na medida em que ocupava o centro de atenções de intelectuais, educadores, pais e do próprio Estado, todavia, ainda não despertava o interesse de pesquisadores e das instituições como objeto de forte expressão sociocultural.

A assunção do termo juventude como constructo sociocultural traz consigo uma inevitável questão epistemológica: a delimitação do domínio dos objetos no âmbito das ciências antropológicas. Mauger (1994) explicita que é necessário oferecer um quadro amplo do estado das investigações sobre os jovens, pois a primeira questão que se

apresenta é a da própria definição da categoria juventude, considerada “epistemologicamente imprecisa”. Afinal, o que é a juventude como objeto, categoria ou elemento de materialidade discursiva? Quando se discute sobre juventude quais critérios delimitam o termo? De pronto, a definição do termo, ainda que provisória, permite-nos mais bem explicitar as nuances do objeto de estudo em sua tipificação fenomênica.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o termo “juventude” traz à tona um problema de natureza antropológica inadiável. Primeiramente porque possui materialidade enquanto fenômeno sobre o qual se pode dizer alguma coisa, descrevendo-o como conjunto indiciário de difícil apreensão, porém, sobre o qual se pode identificar, analisar e colocar sob suspensão vários elementos de sua plástica concretude como “ente”, na medida em que se constitui como grupo-sujeito produzido através de marcas históricas e culturais específicas e delimitadas por circunstâncias sociais mais amplas. Em um segundo momento, é preciso entender a juventude como uma condição social que provoca o aparecimento da condição juvenil a partir da qual se deve compreender de modo mais formativo possível as mudanças do nosso tempo. Uma terceira observação importante é sobre a construção social do campo de estudos ligados ora aos aspectos geracionais da juventude como conjunto social derivado de uma determinada fase da vida; ora como campo de estudos voltado para as análises sobre as diferentes situações de classes sociais, fortemente influenciadas pela tendência sociológica de explorar as dimensões da vida social, a partir da lógica da diversificação de grupos sociais (Pais, 1990). Por fim, parafraseando Bourdieu (1980) trata-se de saber se a juventude “existe” como grupo social relativamente homogêneo, ou se ela é “apenas uma palavra”.

O sociólogo François Dubet (1996) destaca que é preciso reconhecer a condição juvenil dentro de um aparato conceitual relevante: a experiência social. Nesse caso, a experiência social se apresenta como capaz de dar sentido às práticas sociais ordinárias e, especificamente, a experiência social designa as “condutas individuais ou coletivas dominadas pela heterogeneidade de seus princípios constitutivos e pela atividade dos indivíduos que devem construir o sentido de suas práticas no meio desta heterogeneidade” (DUBET, 1994: p,15). Porquanto, desse movimento de interações é que é construída a formação de um mundo juvenil relativamente autônomo e, ao mesmo tempo, distributivo das denominadas “identidades sociais” através das condutas socialmente instituídas. Para nós, o termo juventude não se limita ao referente etário, relativo ao escopo do conjunto de

etapas de vida; tampouco se estreita à perspectiva de filiação e/ou relações geracionais demarcadas pela distribuição social por classes sociais, mas sim, em conjunto com o processo ímpar da formação de “agregados sociais”, o que implica na análise sobre formas específicas de transição, deslocamento de ações, condutas e expressões de atores sociais juvenis e suas influências na sociedade contemporânea. Por isso, defendemos que é mediante as práticas sociais de interação estabelecidas entre os jovens em diferentes momentos históricos que se produz o fenômeno sociocultural da juventude.

Assim sendo, nesse artigo destacamos a relevância da natureza interdisciplinar do campo teórico-metodológico presente nos estudos sobre juventude. Não desconsideramos as influências das teorias psicológicas, sociológicas e econômicas sobre as discussões relacionadas à juventude, fazendo de nossa análise uma tentativa multifocal e polifônica, epistemológica e metodologicamente na exploração do tema. Por isso dividimos o texto em dois momentos interligados:

1) Território e Produção de Redes de Sociabilidade na Cultura Juvenil

No qual desenvolvemos reflexão sobre o conceito de territorialidade oriundo da filosofia de Félix Guattari e Gilles Deleuze e suas interfaces com a constituição de redes de sociabilidade na cultura juvenil;

2) O Processo de Constituição de Identidades Sociais e a Formação Sociocultural de Jovens

No qual destacamos as tensões políticas e formativas que o conceito de identidade provoca na cena contemporânea, apresentando as noções de pertencimento, laço e agrupamento social e as influências das tecnologias da informação e da comunicação como “território-lugar” que engendra condutas sociais, estilos de vida singulares e auto-hetero-constituídos.

Por fim, apresentamos as considerações finais explicitando a importância de tais análises para o campo dos estudos culturais, das ciências humanas e sociais no tratamento e exploração heurística das novas gerações, pontuando como o advento das tecnologias da informação e da comunicação e os diferentes modos de agrupamentos sociais da juventude

contemporânea se tornaram dispositivos políticos capazes de efetuar críticas aos conceitos clássicos de sociabilidade, identidades sociais e formação sociocultural como ferramenta fundamental para a compreensão ampliada sobre a juventude e seus modos de existência.

1 TERRITÓRIO E PRODUÇÃO DE REDES DE SOCIABILIDADE NA CULTURA JUVENIL

A publicação de *O Anti-Édipo* de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1972) fez surgir um novo glossário filosófico nos meios acadêmicos que explorou o vocábulo *território* com especificidades inovadoras. No âmbito da Geografia, tradicionalmente, é consenso o emprego da palavra *território* como sendo relativo à idéia de apropriação de uma parcela geográfica, ou de um espaço, por um indivíduo ou uma coletividade (CORREIA, 2001; HAESBAERT, 2002). Aos poucos, as produções teóricas e conceituais da área foram sendo ampliadas consideravelmente através da aproximação com outras disciplinas ou campos de conhecimento, fundindo-se com epistemologias críticas, menos positivistas e refratárias em termos de método e heurística da pesquisa científica. No que se refere aos impactos das concepções deleuzianas e guattarinianas, podemos destacar, inicialmente:

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI e ROLNIK, 1986:323).

Neste artigo, quando empregamos o termo territorialidade estamos recorrendo ao conceito deleuziano e guattariniano de *território*. Nesse sentido, é preciso pontuar facetas do conceito para que possamos empregá-lo numa semântica própria, mas adjunta aos modos de produção de leitura sobre as questões das redes de sociabilidade juvenis na contemporaneidade. De início, podemos afirmar que o *território* é resultante de arranjos e rearranjos de forças que faz emergir políticas de sentido, quase sempre, demarcadas por uma caótica expressão, mas, intensivamente pulsante, concretamente em refazimento e

capaz de afetar (imprimir, marcar, decalcar, deslocar) corpos numa trajetória vibrátil, portanto, epifenomênica. Território, portanto, é (cria) agenciamento: cruzamento de vários vetores de subjetivação cuja natureza é delineada pela ação produzida através de afecções. O agenciamento é composto por forças visíveis e invisíveis que se tece numa determinada circunstância provocando provisoriedade nas formas existenciais. Lê-se:

Todo agenciamento é, em primeiro lugar, territorial. A primeira regra concreta dos agenciamentos é descobrir a territorialidade que os envolvem, pois sempre há alguma (...). O território cria o agenciamento. O território excede ao mesmo tempo o organismo e o meio, e a relação entre ambos; por isso, o agenciamento ultrapassa também o simples 'comportamento' (...) (1987:218)

Assim sendo, o conceito de *território* abre possibilidades de se discutir a formação de redes de sociabilidades juvenis através de outro viés teórico-metodológico. As ciências sociais privilegiaram por longo tempo o emprego de técnicas padronizadas de coleta de informações, consubstanciadas pelo tratamento estatístico e formal de categorização, análise e comprovação de hipóteses relacionadas aos estudos de práticas sociais diversas. Todavia, alguns sociólogos e filósofos foram alterando tais práticas e dando ao problema da juventude um tratamento misto, metodologicamente. Pode-se citar, desde Mannheim (1968 e 1982) que contribuiu expressivamente nas discussões sociológicas sobre a juventude a partir da idéia de transição e do desenvolvimento de uma abordagem sociológica sobre as relações entre distintas gerações demográficas até os trabalhos de Baudrillard (1991) ou ainda Foucault (2004) e Bauman (1997) que provocam os interessados na temática através de suas leituras que nos permitem questionar sobre a natureza dos laços e condutas sociais de nosso tempo histórico, através da hermenêutica do presente, da mídia e das influências das tecnologias da informação e da comunicação sobre o desenvolvimento de novos estudos da juventude e suas especificidades socioculturais. Por isso mesmo é que não é fácil compreender os modos de interação grupal de jovens sem recorrer a novos conceitos, como os de território e agenciamento.

Para nós, as redes contemporâneas de sociabilidade juvenis são preciosos fulcros de análise sobre os modos de vida da juventude em sua materialidade sociocultural. Torna-se fundamental discriminar e estabelecer relações entre o processo de socialização e a natureza da sociabilidade. Tanto quanto os conceitos de território e agenciamento produzem alterações no nosso modo de conceber a concretude material das práticas

sociais, a definição de redes de sociabilidade juvenis nos situa num campo estriado. Existem duas razões para assim nos sentirmos. A primeira dela é que acreditamos que o conceito de sociabilidade não se reduz ao processo de interação, neste caso da juventude, com as estruturas sociais fixas, consideradas permanentes e respaldadas pela existência de um grupo de referência ao qual devem se pautar na escolha de suas ações e condutas. A segunda razão é que acreditamos que o processo de constituição de identidades sociais deva ser visto a partir da ótica da territorialidade, inspiradas nas concepções de Felix Guattari e Gilles Deleuze, considerando as tensões políticas e formativas que o conceito de identidade provoca na cena contemporânea (CEVASCO, 2003; HALL, 2003; HARTLEY, 2004; JOHNSON, 1999; VELHO, 1994)

Nessa perspectiva, existem diferenças entre socialização e sociabilidade no processo de construção das redes de sociabilidade juvenis. Para Zygmunt Bauman os termos devem ser compreendidos a partir da interação com a estrutura social, porém se referem a processos distintos. Nesse caso, entende-se que “a socialização (pelo menos na sociedade moderna) visa a criar um ambiente de ação feito de escolhas passíveis de serem ‘desempenhadas discursivamente’, que se concentra no cálculo racional de ganhos e perdas” (Bauman, 1997, p. 138). E, por outro lado, a sociabilidade deve ser observada através de uma emergência da multidão, na qual os indivíduos compartilham ações baseadas no instante em que se vive e nas condições semelhantes nas quais se encontram. Logo, concluímos que a sociabilidade é característica da modernidade líquida, expressão cunhada por Bauman, na qual os indivíduos não mais têm um grupo de referência pelo qual se pautam, sendo as condutas juvenis, refratárias da experiência social que se desenvolve “como uma combinatória de lógicas de ação que vinculam o ator a cada uma das dimensões de um sistema (...)” (DUBET, 1994: p.105). Destacamos que as lógicas de ação às quais se refere François Dubet são: a) *integração* – quando o ator é definido pelos seus vínculos na comunidade e/ou grupo social; b) *estratégia* - quando o ator é definido por seus interesses no conjunto das trocas simbólicas e materiais; c) *subjetivação* - quando o ator é definido como um sujeito crítico frente a uma problemática de produção/dominação. As redes de sociabilidade juvenis, portanto, funcionam como lugares pelos quais se transitam mediações de natureza sociocultural e tensões no escopo da identidade.

2 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS E A FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL DE JOVENS

Em tal perspectiva, o processo de constituição de identidades sociais é intimamente ligado à formação sociocultural da juventude contemporânea. Essa ligação traz consigo tensões políticas e formativas para essa discussão, uma vez que o conceito de identidade provoca na cena contemporânea um esgotamento cada vez mais explícito. Nos últimos dez anos, a ênfase sobre as denominadas identidades, quer sejam culturais, quer sejam sociais, quer sejam profissionais etc, graças aos Estudos Culturais, dentre outros campos de saber, foi sendo questionada através de políticas de sentido críticas, radicais e provocativas (BHABHA, 1998; CEVASCO, 2003; HALL, 2003). Nesse conjunto de idéias, lê-se:

Desde o início do século XIX o conceito de identidade torna-se o centro da produção intelectual moderna. Em uma diversidade de campos do saber a predominância do paradigma da identidade é sustentada pela valorização de teorias e de planos conceituais que se apropriam, expandem, manipulam e se engendram através de discursos e representações ligados à idéia de igualdade e/ou equivalências. Nesse sentido, o termo identidade quer dizer etimologicamente a mesma entidade. Trata-se de uma construção lógica, respaldada pela sistemática da linguagem e nela potencializada como rede de significações políticas, culturais, estéticas e econômicas (SOUZA, 2009: p.91).

De pronto, cabe-nos provocar aos leitores (às leitoras) quanto à predominância paradigmática desse feixe político de sentido. Se nossa intenção é compreender de modo mais abrangente possível a dinâmica de produção das identidades no seio sociocultural, é imprescindível decifrar os códigos da permanência, essência e universalidade, impregnadas nos domínios do reconhecimento (ou da reconhecimento) e da representação do *Mesmo*, do *Similar* e do *Idêntico*. Portanto, defendemos que é urgente a superação de visões redutoras a respeito do campo conceitual utilizado pelos pesquisadores em ciências humanas e sociais no que se refere ao conceito de identidade.

A fim de estabelecer diálogos mais fecundos com a temática central do artigo, cabe-nos explicitar que defendemos uma teoria social na qual as noções de pertencimento, laço e agrupamento social são fortemente instituídas como campos de força configuracional, nos quais se imbricam acontecimentos, sentidos e discursividade tensiva ao redor daquilo que *difere de si mesmo, sempre*. Nesse sentido, pertencimento, laço e agrupamento social têm

fonte de origem figuracional¹, pois têm na expressão e na intensidade, suas qualidades fenomênicas que produz (cria) o território, o agenciamento e a (des/re) territorialização dos fenômenos sociais. A apropriação de termos como *identidades sociais* é, por assim dizer, distante daquilo que temos confrontado com as experiências de pesquisa no cotidiano de nossas atividades profissionais, como professores e pesquisadores em ciências humanas e em educação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse cenário, é preciso, ainda, destacar as influências das tecnologias da informação e da comunicação como “território-lugar” que engendra condutas sociais, estilos de vida singulares e auto-hetero-constituídos. Isso implica em levantar provocações em torno da dimensão ordinária das práticas sociais, entendendo que na produção cultural contemporânea, as redes de sociabilidade, as identidades e as negociações, materializadas como instâncias da *presença*, co-habitam com outras lógicas de produção e partilha de elementos antropossocioculturais, a saber, a *cibercultura* e a potencialização explosiva de redes sociais virtuais de relacionamento, com tipicidade das “agregações sociais”, por ora, fluída, *diferenciante*, mas configuracional, concreta, insinuando traços de existência a deslocar nossas mais sagradas crenças no pertencimento e no laço social permanente, romântico e idealizado.

Por fim, desejamos que nossas reflexões possam ter contribuído para inquietar os pesquisadores em ciências humanas e sociais no tratamento e exploração heurística das novas gerações, pontuando como o advento das tecnologias da informação e da comunicação e os diferentes modos de agrupamentos sociais da juventude contemporânea se tornaram dispositivos políticos capazes de efetuar críticas aos conceitos clássicos de sociabilidade, identidades sociais e formação cultural. Em caso afirmativo, é relevante afetar as produções futuras com questões emergentes e inadiáveis como intentamos demonstrar ao falarmos da necessidade de novos conceitos; em caso negativo, que o diálogo possa intercambiar as crises paradigmáticas que pululam ao redor de nossas mais profundas convicções.

¹ Empregamos o termo *figuracional* para evitar epistemologicamente a adesão ao estruturalismo, cuja marca predominante é o paradigma da identidade, do referente que sempre volta a girar ao redor do *Mesmo*, *Semelhante* e *Idêntico*.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUDRILLARD**, Jean. Simulacros e simulação. Lisboa: Relógio d'água, 1991.
- BAUMAN**, Zygmunt. Ética pós-moderna. São Paulo: Paulus, 1997.
- BHABHA**, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1998.
- CEVASCO**, E. Dez lições sobre estudos culturais. São Paulo, Boitempo, 2003.
- CORRÊA**, R. [et al.]. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001.
- DELEUZE**, G. e **GUATTARI**, F. O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. Lisboa: Assírio & Alvim, 1972.
- DUBET**, François. Sociologie de l' experience. Paris: Seuil, 1994.
- FOUCAULT**, Michel. A hermenêutica do sujeito. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- HAESBAERT**, R. Territórios alternativos. São Paulo: Contexto, 2002.
- HALL**, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HARTLEY**, John. Comunicação, estudos culturais e media. Lisboa: Quimera, 2004.
- JOHNSON**, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais?, In: **JOHNSON**, Richard; **ESCOSTEGUY**, Ana Carolina; **SCHULMAN**, Norma; **SILVA**, Tomaz Tadeu da (Org). O que é, afinal, Estudos Culturais? Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- MANNHEIM**, Karl (1968). "O problema da juventude na sociedade moderna". In: Sociologia da Juventude. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1.
- _____. "O problema sociológico das gerações" (1982). In: **FORACCHI**, M. Mannheim. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.
- MAZZARELLA**, Sharon. Por que todos estão sempre perseguindo os jovens? O pânico moral em relação aos jovens, à mídia e à cultura. In: **MAZZARELLA**, Sharon. R. [et. al]. Os Jovens e a Mídia: 20 questões. TRad. Sandra Maria Mallmann da Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- SOUZA**, Antônio Vital M. de. A Expressão da Diferença nas Tensões da Identidade. Revista Fórum Identidades, v. 4, p. 91/jul-dez 08-102, 2009.
- VELHO**, Gilberto. Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.